

PROJETO DE LEI Nº. 018, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar contratações temporárias por excepcional interesse público e dá outras providências.

Art. 1.º Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a contratações temporárias e de excepcional interesse público, com base no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, 01 (um) Farmacêutico, cuja atribuições do cargo consta no anexo I desta Lei, com a finalidade de garantir o funcionamento da Administração Pública Municipal.

Quantidade	Função	Salário	Carga Horária
01	Farmacêutico	R\$ 4.281,00	40 horas/semanais

Art. 2º. O prazo de vigência das contratações temporárias e de excepcional interesse público, prevista nesta lei, obedecerão à legislação municipal, sendo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º. As contratações temporárias e de excepcional interesse público de que tratam esta Lei, reger-se-ão pelas Leis Municipais nº. 1790, de 26 de março de 2002 e 3.424, de 21 de julho de 2015, que dispõem sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais e Plano de Cargos com suas alterações posteriores e/ou legislações supervenientes, com idêntica finalidade.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, 22 de fevereiro de 2018.

João Alberto Mafessoni
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

CATEGORIA FUNCIONAL: FARMACÊUTICO

PADRÃO DE VENCIMENTO: 11

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Sintética: Realizar manipulações farmacêuticas e fiscalizar a qualidade dos produtos farmacêuticos.

Descrição Analítica: Manipular drogas de várias espécies; aviar receitas, de acordo com as prescrições médicas; manter registros do estoque de drogas; fazer requisições de medicamentos, drogas e materiais necessários à farmácia; conferir, guardar e distribuir drogas e abastecimentos entregues à farmácia; ter sob sua custódia drogas tóxicas e narcóticos; realizar inspeções relacionadas com a manipulação farmacêutica e aviamento do receituário médico; efetuar análises clínicas ou outras dentro de sua competência; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; administrar e organizar o armazenamento de produtos farmacêuticos e medicamentos, adquiridos pelo Município; controlar e supervisionar as requisições e/ou processos de compra de medicamentos e produtos farmacêuticos; prestar assessoramento técnico aos demais profissionais da saúde, dentro do seu campo de especialidade; participar nas ações de vigilância epidemiológica e sanitária; executar tarefas afins.

Condições de Trabalho:

a) Carga Horária: de 40 horas semanais, permitida a realização de concurso e nomeação de carga horária de 20 horas semanais, com fixação do vencimento básico correspondente a 50% (cinquenta por cento), do valor do padrão.

Requisitos para investidura:

a) Idade: no mínimo 18 anos

b) Instrução: Curso Superior completo de Farmácia

c) Habilitação: Legal para o exercício da profissão.

Exposição de Motivos
“Projeto de Lei nº. 018/2018”.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Encaminhamos ao Legislativo Municipal, projeto de lei nº 018/2018 que Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar contratações temporárias por excepcional interesse público e dá outras providências.

Tal solicitação objetiva a contratação de farmacêutico para a Unidade Central de Saúde. A contratação é de suma importância, uma vez que o profissional dirige os sistemas de controle e distribuição de medicamentos, assegurando a qualidade dos produtos e dos serviços farmacêuticos, se encarregando da gestão dos sistemas de aquisição e administração dos medicamentos, fornecer informações sobre os medicamentos dentre outras funções, tornando-se indispensável a contratação do referido profissional.

Ainda, cabe aqui ressaltar, que o município possui uma farmácia através do CONSIM – Consórcio de Saúde Intermunicipal. Porém, a renovação contratual fica impossibilitada de acontecer neste ano, uma vez ter seu prazo expirado, conforme prevê o Art. 57, Inciso II, da Lei de Licitações nº. 8.666/93.

Diante do exposto, contamos com a colaboração dos Nobres Edis para apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei Municipal, **em regime de urgência.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina em Exercício, em 22 de fevereiro de 2018.

João Alberto Maffessoni
Prefeito Municipal em Exercício